



Título do Trabalho

## **POLÍTICAS TERRITORIAIS URBANAS NO PROCESSO DE GOVERNANÇA LOCAL**

Nome do Autor (a) Principal

**Gabriela Ribeiro da Silva Campos**

Nome (s) do Coautor (a) (s)

**Adriana Fortunato de Almeida; Brendo Ramalho Nunes; Letícia Aparecida Gonçalves**

Nome (s) do Orientador (a) (s)

**Susan Eghrari**

Instituição ou Empresa

**Universidade de Uberaba, Curso de Arquitetura e Urbanismo**

E-mail de contato

susaneghrari@gmail.com; adrianafortunato@live.com

Palavras-chave

**políticas territoriais urbanas; governança local; Plano Plurianual**

### **Introdução**

O processo de governança implica a participação da sociedade e do poder público no planejamento e ação das políticas públicas. De acordo com Eghrari (2013) um sistema de governança abarca quatro dinâmicas: articulação governamental, arranjos institucionais, gestão dos recursos financeiros e planejamento participativo. Políticas públicas são ações planejadas do governo realizadas por diferentes organismos governamentais. As políticas públicas



territoriais são as ações do governo que têm repercussão territorial, isto é, ações de infraestrutura, políticas de urbanização e do meio ambiente que têm um impacto na ordenação do território. A participação de diversos atores no planejamento das políticas públicas reforça a legitimação da prática da governança.

Este trabalho apresenta o diagnóstico de políticas públicas territoriais expressas em programas e ações, no âmbito do Plano Plurianual 2014-2017, no município de Uberaba, MG. As políticas públicas de abordagem territorial, impactam o território de diversas formas, dependendo de sua natureza e abrangência.

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas públicas territoriais urbanas expressas através de programas e projetos no PPA – Plano Plurianual de Uberaba no período 2014-2017 e como estas se relacionam ao sistema de governança local. O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento e orçamento normativo instituído na Constituição Federal de 1988 com o objetivo de que os entes federativos possam executar o planejamento de seus programas e ações em um período de 4 anos. A análise das políticas públicas se dá por meio de uma pesquisa documental, e a identificação e classificação dos vários programas e ações deste PPA municipal, que tem reatamento territorial e categorizados em sete áreas de atuação: políticas de planejamento e gestão, política social, política ambiental, política econômica, política de equipamentos e espaços públicos, política do sistema viário e política de infraestrutura. O orçamento destes programas para o período de vigência do PPA também se inclui em cada área de atuação.

A pesquisa está dividida em 3 partes: na primeira uma explicação sobre a definição das políticas públicas territoriais urbanas e sua relação com as dinâmicas de sustentabilidade como um equilíbrio de forças. Em seguida a aplicação da categorização em sete áreas dos programas e ações contidos no PPA 2014-17 do município de Uberaba, terminando com as conclusões da análise das políticas territoriais locais e sua relação com a governança.

## Políticas territoriais

Políticas públicas são ações planejadas do governo realizadas por diferentes organismos governamentais. As políticas públicas de reatamento territorial influenciam a dinâmica do território nos seus diversos aspectos. Estão relacionadas às dinâmicas de sustentabilidade que englobam os campos social, econômico, cultural, ambiental, territorial e político-institucional. Podemos classificá-las como políticas urbanas quando atuam no âmbito das áreas urbanas. Dessa forma temos as seguintes categorias de políticas territoriais, sua relação com as dinâmicas de sustentabilidade e suas especificações:

- políticas de planejamento e gestão(sustentabilidade político-institucional) – fortalecimento de mecanismos democráticos de participação;
- política social(sustentabilidade social) – o capital social, visa a equidade e a distribuição justa de renda e bens, função social da propriedade, programas para a habitação social e melhor distribuição destes no território, pesquisa para o uso de materiais locais que causem menos impactos aliada a tecnologia, redução dos níveis de exclusão social;
- política ambiental (sustentabilidade ambiental)– envolve a proteção, conservação e manejo dos recursos naturais, criação de unidades de conservação, de parques ecológicos, proteção de ecossistemas frágeis, recuperação de recursos naturais, implantação de comitês de bacias para a preservação dos recursos hídricos;
- políticas econômicas(sustentabilidade econômica) – o capital financeiro,para a alocação e gestão mais eficiente de atividades produtivas do fluxo de investimento público e privado e suas parcerias, desenvolvimento da ciência e tecnologia, como indústrias, incubadoras, economia solidária por meio de cooperativas de crédito e incentivos fiscais;
- políticas de equipamentos e espaços públicos (sustentabilidade territorial) – o capital lugar, política de edificações, patrimônio histórico-cultural-artístico e equipamentos públicos;



- políticas do sistema viário e transportes (sustentabilidade territorial)- vias públicas, estradas municipais, requalificação de calçadas e canteiro centrais, programa de transporte público;
- políticas de infraestrutura (sustentabilidade territorial)– saneamento, matriz energética, geração e fornecimento de energia, pesquisa de tecnologias limpas, drenagem.

Todas estas políticas devem levar em conta uma dimensão cultural que apoie a identidade local, por meio da manutenção e preservação da diversidade de culturas, valores e práticas existentes, sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos ( MORAES, 2008).

### **Categorização de programas e ações no Plano Plurianual**

O PPA é um instrumento de planejamento governamental, que estabelece diretrizes, objetivos e metas para a Administração Pública por um período de quatro anos. Tem como princípios a identificação clara dos objetivos e prioridades do governo; identificação dos órgãos gestores dos programas e unidades orçamentárias responsáveis pelas ações governamentais; organização dos propósitos da administração pública em programa e integração com o orçamento; transparência.

Foi realizada uma pesquisa documental no Plano Plurianual do município de Uberaba, no período 2014 a 2017 em que foram selecionados os programas e ações de reatamento territorial e inseridas em uma das sete categorias adotadas neste trabalho e elaborado um quadro. O Quadro 1 apresenta as categorias das políticas ambiental e econômica.



**Quadro 1 : Políticas territoriais ambiental e econômica**

<b>política ambiental</b>	Manejo e Preservação da APA Rio Uberaba e Rio Claro	2510	1.810.000,00	Executar obras de saneamento previstos no projeto Água Viva e integrar ações que visam a qualificação e valorização do homem, proporcionando aos cidadãos uma participação efetiva nas ações ambientais.
	Saneamento e preservação ambiental- Lei Estadual nº 12503/1997	2510	1.300.000,00	Executar obras de saneamento previstos no projeto Água Viva e integrar ações que visam a qualificação e valorização do homem, proporcionando aos cidadãos uma participação efetiva nas ações ambientais.
	Áreas Verdes e Arborização Urbana	2030/1130	884.429,05	Elevar o índice de áreas verdes por habitante em níveis apontados pela Organização Mundial de Saúde e ampliar a arborização urbana.
	Parques Urbanos e Unidades de Conservação	2030	7.876.418,58	Adequar as unidades de conservação para funcionarem como centros de educação ambiental e área de lazer ambientalmente equilibradas.
	Parque tecnologico de Municipio de Uberaba	1350	3.495.000,00	Sintonizar o Município de Uberaba com a era do conhecimento, o investimento em base tecnológica e cumprimento do Termo de Compromisso firmado entre o município, Embrapa e Epamig.
			15.365.847,63	
<b>política econômica</b>	Desenvolvimento Estratégico de Uberaba	1140	1.893.230,47	Promover ações estratégicas para Uberaba, estimulando o crescimento e o desenvolvimento do Município.
				1.893.230,47

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do documento PPA 2014-17 de Uberaba.

Em termos orçamentários os valores de cada programa ou ação identificados nas sete categorias de políticas territoriais correspondem a soma dos orçamentos nos quatro anos. Há um subtotal de soma de cada uma das sete categorias de políticas territoriais. Foram identificados oito programas e ações de planejamento e gestão, sete de políticas sociais, oito de políticas de equipamentos e espaços públicos, cinco de políticas ambientais, onze de sistema viário e cinco de infraestrutura.



### **Conclusões do diagnóstico e análise**

Na relação entre políticas públicas e um sistema de governança faz-se necessário esclarecer os quatro elementos que compõem o sistema de governança de acordo com Eghrari (2013):

O primeiro elemento da governança - articulação das esferas de ação governamental - trata da organização e práticas da gestão, articulações entre os arranjos institucionais existentes, entre os municípios de uma mesma região metropolitana ou microrregião (cooperação e acordos, consórcios intermunicipais) e da integração dos planos e políticas públicas e articulações com outras esferas governamentais para uma agenda compartilhada.

O segundo elemento – arranjos institucionais - implica a existência de um espaço político que é composto através dos seguintes elementos de arranjos entre municípios de uma microrregião ou região metropolitana e mesmo entre as agências, secretarias e instituições que compõem o governo municipal formais ou informais.

O terceiro elemento se refere à gestão dos recursos financeiros, ou seja, quais os mecanismos utilizados para fundos e capacidade de gestão dos recursos financeiros, meios de obtenção dos recursos (instrumentos econômicos e fiscais), e equidade quanto à distribuição dos recursos.

O quarto elemento planejamento participativo, trata da concertação pública – forças sociais e políticas e sua integração no planejamento, canais para a discussão de problemas municipais, planejamento participativo e a ação coletiva.

Na política de planejamento e gestão dois oito programas identificados, três se referem a promoção da qualificação e do controle ambiental urbano. São projetos de intervenção regional o que demonstra a capacidade de articulação governamental, isto é articulação com outras esferas governamentais.

Na política social o programa Provisão Habitacional de Interesse Social - Pró-Moradia destina mais de 80% da soma dos programas desta política. Há uma falta de transparência para a descrição mais específica do programa de habitação



de interesse social e como se relaciona a sua dinâmica cultural. Com isso não fica clara a participação da população neste processo.

Na política ambiental destaca-se o projeto Água Viva, pois o mesmo trata de questões de drenagem das águas pluviais, o qual o município sofre na época da estação da cheia. Quanto a criação de parques ecológicos ainda há ações incipientes para o período de quatro anos do Plano Plurianual.

Quanto a política econômica identificamos o Parque Tecnológico e o programa Desenvolvimento Estratégico de Uberaba.

Na política de equipamentos e espaços públicos há investimentos em urbanização das áreas públicas, edificações públicas e equipamentos para a saúde. É uma diversidade de ações, o que mostra uma potencialidade, entretanto falta-nos informações se houve um processo participativo e canais de discussão no planejamento desta política e se a mesma tem uma equidade na distribuição territorial do município, permitindo a inclusão territorial.

Concluimos que as políticas territoriais identificadas nas diversas categorias de atuação, do Plano Plurianual 2014-17 de Uberaba devem ser fortalecidas na questão de planejamento participativo e canais de discussão das questões urbanas do município. Outra questão que apontamos é a falta de transparência dos programas, a informação dos mesmos e sua relação com a identidade cultural da região. E por fim há a necessidade de programas e ações que tenham uma equidade de distribuição territorial no município, evidenciando uma inclusão social. Assim, o processo de governança no município de Uberaba se mostra incipiente, na perspectiva da análise das políticas territoriais urbanas identificadas no âmbito do Plano Plurianual 2014-2017.

## Referências

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA. Plano Plurianual de Ação Governamental 2014-2017, Lei nº 11.574. 23 de maio de 2013, Uberaba.



EGHRARI, Susan. **Arranjo institucional, articulação governamental, gestão de recursos financeiros e planejamento na governança metropolitana: a referência de Montreal e a experiência brasileira.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MORAES, S.E. **A sustentabilidade das políticas territoriais no Sudeste Goiano.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.